

ABERTURA

MERCOSUL: crise e perspectiva de futuro

*Roberto Amaral**

O objetivo deste seminário é pensar a região, a sub-região e, mais audaciosamente, o sub-Continente, para além dos marcos econômicos ou meramente aduaneiros: pensar nossas identidades de povos e civilizações, não apenas como mercado mas, essencialmente, do ponto de vista social, cultural e político; para além de nossos governos, no âmbito de nossas sociedades – comunicação, identidade e cidadania.

E assim, enunciamos a tese que nos congrega: a comunidade de povos da América do Sul. Não apenas como projeto de futuro, remoto, longínquo, ou simplesmente utópico, se preferirem, mas igualmente como mecanismo de defesa, como necessidade de sobrevivência econômica, política, cultural e ideológica.

Não são animadoras as nuvens que de todos nós, de nossos países, se acercam. São nuvens cinzentas. À quase certeza de uma crise mundial, de par com o recrudescimento do protecionismo, e outras práticas anti-convivência, promovidas pelos países centrais, somam-se os primeiros e graves resultados das privatizações, da desindustrialização e da desnacionalização de nossos países, do fracasso do ‘caminho único’, de que a crise argentina, não sendo nem a primeira nem a última, é porém exemplo paradigmático. O difícil quadro em que se encontra a grande nação irmã, e a recorrente crise brasileira – os dois maiores parceiros do Mercosul – ao invés do desânimo, da renúncia, devem nos recomendar um esforço ainda maior pela integração. Somente a coordenação política estreita entre nossos países, mas principalmente entre nossos povos, poderá assegurar re-

* Presidente do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e professor da PUC-Rio.

sultados eficazes em um cenário internacional caracterizado pela truculência, pela instabilidade e pela violência do modelo de exploração neoliberal, neoconservador e neocolonial. Vamos dar um basta a toda e qualquer tentativa de um novo *apartheid* no mundo.

Recém-nascido, o Mercosul parece permanentemente condenado à morte.

Desafiados pela globalização – apresentada como um imperativo categórico da ‘modernidade’ –, poucas são as alternativas que nos restam, para aqueles países que recusam seja o determinismo, seja a fatalidade da exclusão. Para uns, a sobrevivência das soberanias nacionais – territorialidade, interesses econômicos e políticos, civilizações e culturas – está a depender, antes de tudo, da construção, subjetiva e objetiva, concreta e ideológica, de uma comunidade de países e povos que, partilhando a mesma história, devem compartilhar o mesmo destino, para poder aspirar a algo melhor do que aquilo que nos foi reservado pelos senhores do mundo. Mas há os que duvidam desse caminho, seja pelas nossas intrínsecas dificuldades associativas, seja pela alegada inocuidade do esforço, posto que a regra da unipolaridade – e do fim da história – é (seria) a multidependência.

Assim – é a lógica cínica ou pragmática –, ao invés de confrontar a realidade adversa, tratemos de a ela nos adaptar, tornando mais amenos os dias de nossa dependência.

Se a globalização não é fenômeno de nossos tempos – vaga que é de um processo cíclico de inovações e de avanços políticos, como as tecnologias das navegações e as descobertas construindo o mercantilismo, como a Revolução Industrial abrindo as portas para a sociedade de massas e, finalmente, a revolução tecnológica ensejando a unipolaridade e a saga neoliberal/conservadora – é de nossos dias o processo de destruição das economias nacionais, de nossas identidades, de nossas culturas, de nossos projetos de nações, povos e civilizações.

Trata-se do seqüestro da história.

Em nome do ‘livre comércio’ – dogma do alcorão neoliberal – mais e mais estamos ingressando na era do fim da liberdade de comércio, pois, nas transações entre povos e países não existe liberdade, se apenas uma das partes tem voz e mando: a rede das multinacionais e, subsidiariamente, a vontade unilateral de um ou dois, ou três países, poderosíssimos mas assimétricos mesmo entre si – os EUA, a União Européia e o Japão.

Se não tivéssemos outros motivos para defender a integração, pela força de nossa história partilhada, pelo amálgama de nossas civilizações, pelo imperativo territorial, pelas exigências de nossas culturas, pela comu-

nidade de fronteiras, pelos reclamos de nossa etnia (ou de nossa mestiçagem), pelo fato de havermos sofrido os mesmos ‘descobrimientos’ (e jamais fundação) e a mesma ‘colonização’ predatória, se não tivéssemos em comum esse passado que nos sugere um devenir comum, a comunidade de países sul-americanos seria ainda um imperativo de sobrevivência de nossos países, não apenas dos países menores e menos populosos, mas inclusive dos grandes países do sub-Continente, como o Brasil e a Argentina.

Sem essa unidade, sem a nossa autoproteção, sem a construção de um mercado consumidor decoroso e de uma economia produtiva, inviável sem a soma de nossas economias, nossos países não terão como sobreviver diante do impacto promovido pela Alca*, essa sobretaxa da globalização e da unipolaridade que nos é cobrada pelos EUA.

Nossos destinos estão atados e não há mais espaço, entre nós, para as revoluções autônomas, ou para a construção de alternativas individuais; ou o processo é continental, ou não surtirá efeito. Nenhum de nossos países conhecerá a riqueza se o continente permanecer pobre; nem usufruirá de autonomia, se o Continente mergulhar na dependência. É o que ensina todo um conjunto de pesquisas interdisciplinares relativas ao sub-Continente.

O Mercosul, como ponto de partida para a comunidade de países sul-americanos, já disse a que veio. Mas sua importância não está no caminho até aqui percorrido, mas nas sendas que pode abrir para nossos povos. Somos – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – uma área territorial de quase 12 milhões de km², uma população superior a 210 milhões de habitantes, e um PIB superior a um trilhão de dólares. Bolívia e Chile, dois países associados que esperamos ver muito proximamente integrados, agregam uma população de cerca de 23,5 milhões de habitantes, quase dois milhões de km² e um PIB em torno de 90 bilhões de dólares. Somente o Chile é responsável por uma pauta de exportações de 20 bilhões de dólares. Tudo indica que muito em breve estará a Venezuela compondo nosso pacto, adicionando o peso de sua economia: oitavo produtor mundial de petróleo, com um PIB de 10 bilhões de dólares, agregará uma população de mais de 24 milhões de habitantes numa área de exatos 916.445 km².

A fusão do Mercosul e do Pacto Andino, a partir daí, será apenas uma questão de tempo, construindo, na América do Sul, um mercado comum que – indo para além do livre-trânsito aduaneiro – atuará como um campo protegido de nossas economias em face da competitividade inter-

* Associação de Livre Comércio das Américas, cujo projeto em discussão mobiliza setores das sociedades latino-americanas. N. do E..

nacional e da excessiva dependência de nossos países – de novo Brasil e Argentina à frente – diante do mercado financeiro internacional; mas atuará, igualmente, no sentido da preservação da autonomia nacional de nossos países, os quais, com o escudo da associação que enseja a defesa mútua, se protegerão das conhecidas conseqüências do processo de desnacionalização determinado pela globalização. Somente pela união regional poderemos nos fortalecer, preservando, ao mesmo tempo, as nossas especificidades.

No ano 2000, o Mercosul absorvia 25% das exportações de seus países membros; mas para o Paraguai e o Uruguai esse número já representava 61% e 65% de suas exportações. É o principal destinatário das exportações brasileiras de alto valor agregado, enquanto, para os países centrais, voltamos a ser exportadores de grãos, café e soja.

Se é incontestável a coletiva perda da capacidade decisória endógena, com parte da soberania de nossos países sendo progressivamente transferida para as grandes corporações e as grandes instituições multigovernamentais – FMI, Banco Mundial, OMC etc. – a integração pode ser um caminho para a recuperação, pelos nossos governos, da capacidade de dirigir seu próprio projeto de desenvolvimento econômico. O Mercosul é importante mercado sub-regional, mas é igualmente um projeto político, na medida em que se constituir decisivo instrumento para nossa integração continental. Deixaremos assim de compor um arquipélago, construindo nossa união. Por seu intermédio poderemos estar definindo um novo papel na história do século XXI. De renúncia ou de autonomia, sem ilusões, mas sem concessões prévias. Porque seu fracasso político poderá, de outra parte, transformá-lo tão simplesmente em mera organização territorial para uma mais fácil absorção pela economia norte-americana.

Qualquer que seja o destino do Mercosul, a integração já é uma perspectiva histórica.

Para que não nos digam que essa análise é simplesmente retórica e idealista, diremos, de logo, que o Mercosul, apesar desses indicadores, não é um bloco econômico em condições de superar a imensa distância política, econômica, comercial, tecnológica e militar que nos separa dos demais blocos do hemisfério Norte. O Mercosul não é mesmo, ainda, o passaporte para uma inserção autônoma no cenário internacional. Um ponto de partida, sim, jamais de chegada. Porque é apenas e simplesmente uma organização intergovernamental e não supranacional, um pacto comercial e aduaneiro que mal representa a visão de mundo de elites políticas e empresariais. Muitas vezes trata-se de uma visão de mundo construída fora de

nossos países e sem comprometimento com nossa história, pois na potência hegemônica é que se plasmam as categorias segundo as quais nossas elites se vêem e vêem nosso destino.

Sempre criticamos a autolimitação do Mercosul como um mercado, para o qual a única circulação possível é a de bens materiais. Tendo sempre presentes as distâncias entre união aduaneira, mercado comum e integração, afirmamos que a integração de nossos países far-se-á principalmente pela aproximação de nossos povos, que pouco se conhecem, pouco se falam, pouco se miram, pouco se ouvem. A integração, qual a entendemos, só se realizará quando, saltando fora das cifras dos economistas e dos relatórios da burocracia, constituir-se como projeto de nossas sociedades.

O conflito que se observa em face do papel que devem cumprir o Mercosul e o projeto da integração subcontinental, é o mesmo que domina as discussões em torno da inserção de nossos países na chamada comunidade internacional. Não se trata simplesmente de negar a globalização; trata-se, sim, tirando disso todas as conseqüências possíveis, de escolher a forma de nossa inserção. Há os que permanecem presos à visão colonial dos sistemas internacional e nacional, e há aqueles que perseguem uma visão autonomista. Não se trata de optar entre inserção e isolacionismo, mas discutir as alternativas, pois elas existem, entre a inserção com autonomia e a inserção subordinada ao sistema internacional.

Sempre é possível escolher entre sujeito e objeto.

A quem interessa senão a nós – e somente a nós – que nossos países se coordenem para a defesa de seus interesses internacionais? A quem pode desagradar senão àqueles que sempre investiram em nossa fragmentação, a velha e cediça teoria do dividir para melhor dominar?

Afirma-se a assimetria de nossas economias como um empecilho ao Mercosul, mas se esquecem os mesmos autores de revelar a distância estelar entre a economia norte-americana e a sul-americana, para assim melhor justificar nossa absorção pela Alca. Luciano Coutinho, a propósito, lembra que a relação entre o ‘tamanho médio’ (medido pelo PNB) da principal e da média das economias constituintes da ‘Europa dos 12’¹ era de 3,1 vezes. Essa proporção, acrescenta, se mantém em todos os demais acordos (Pacto Andino, Mercado Comum do Caribe, Mercado Comum Centro-Americano, Mercosul e TLCN). Mas no caso da Alca, a distância entre a

¹ A União Européia, como organismo político e não apenas comercial ou monetário, abarca hoje 15 países (julho de 2001).

economia estadunidense e a média das economias latino-americanas é de 23 vezes!²

Às desigualdades entre as nações do Nafta e a América do Sul, desigualdades do ponto de vista econômico, político, militar e geopolítico, desigualdades que se reproduzem entre suas empresas – desigualdades financeiras, tecnológicos e estratégicas –, corresponde, ao contrário, uma certa simetria entre nossos países, sugerindo um esforço conjunto para superar as diferenças de índice de desenvolvimento e construindo economias cooperativas em seu conjunto.

Destaquem-se, finalmente, e o fazemos com alegria, as transformações políticas do Continente em seu reencontro com a democracia formal e representativa; uma a uma foram desbaratadas as situações discricionárias. Em todos os nossos países, o governo é hoje exercido por mandatários da soberania popular, e passando o borrão em mais de 40 anos de conservadorismo autoritário e excludente, o povo venezuelano está construindo a mais notável experiência de democracia participativa de que temos notícia no sub-Continente. Oxalá possa levá-la avante, livre de pressões exógenas.

Permitam-me que ainda lhes fale sobre resistência cultural. Os críticos do Mercosul sempre disseram que ele, para cumprir com sua destinação, haveria de ser algo para além do acordo de livre-comércio. Nas raízes desse nosso Seminário há este anseio: que fazer para transformar nossa dispersão numa comunidade?

Antes de tudo, deixar de pensar nossos países apenas como um mercado, e passar a refletir sobre a identidade regional. Este o ponto de partida para a integração que desejamos: social, cultural e política. O mais, e este mais é muita coisa, virá por consequência.

Conhecerno-nos, identificarmo-nos, para afirmar a riqueza de nossa diversidade.

Procurar menos o mercado de bens materiais e estimular a circulação de bens culturais e simbólicos, trabalhar corações e mentes. Estivemos unidos antes da chegada do colonizador, através da saga dos povos indígenas. Estivemos unidos ao longo das lutas contra a dominação ibérica. Estivemos unidos até mesmo sob um império unificado, o espanhol, entre

² Luciano Coutinho e João Furtado, 'A integração continental assimétrica e acelerada: riscos e oportunidades de ALCA'. In Samuel Pinheiro Guimarães, org. *Alca e MERCOSUL – Riscos e oportunidades*.

1580 e 1640. Saberemos também nos unir agora, levando a idéia da construção do Mercosul para o interior das nossas sociedades.

Este Seminário procurará a sociedade acadêmica, as entidades da sociedade civil e a imprensa, como forjadora da opinião pública que é, para que façamos todos e cada um de nós em seu respectivo espaço de atuação e responsabilidade, uma reflexão sobre o que somos e o que queremos ser. Produzir idéias e promover sua circulação através do debate. Este o desafio.

Cultura e comunicação: o desenvolvimento sustentado no MERCOSUL

*Jorge Werthein**

A noção de desenvolvimento atravessou mudanças substanciais no curso das últimas décadas. O escopo dessa reavaliação não se restringiu à arena do debate acadêmico e intelectual, mas contaminou as atitudes daqueles que estão praticamente envolvidos na implementação das agendas de desenvolvimento em todo o mundo – políticos e formuladores de decisões governamentais, funcionários internacionais e trabalhadores de organizações da sociedade civil. As mudanças estão patentes na linguagem utilizada pelas comunidades locais e seus representantes para vocalizar demandas, críticas e sugerir caminhos.

O fenômeno da reavaliação dos modelos de desenvolvimento reflete um crescente desencanto com os princípios exclusivamente econômicos que dominaram o debate sobre o desenvolvimento em todo o mundo desde o fim dos diferentes colonialismos.

A definição dos princípios que guiarão o fenômeno do desenvolvimento durante as próximas décadas traz à tona um debate adiado pelos vaivens conjunturais de um dos processos mais significativos da história da América Latina: a construção de um espaço de integração no Cone Sul.

A ambiciosa agenda dos agentes públicos e privados do Mercosul muito tem a ganhar com o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento, cuja dimensão cultural promete abrir um caminho fértil, porém inexplorado.

* Representante da Unesco no Brasil e Coordenador do Programa Unesco/Mercosul. Palestra lida pela socióloga Marta Porto, Coordenadora Regional da Unesco – Rio de Janeiro.

O pensamento internacional sobre o desenvolvimento

O modelo clássico de desenvolvimento é marcado pela noção de que a produção de riqueza é o vetor central de qualquer programa de modificação das condições sociais de uma população determinada. Essa noção, oriunda do imediato pós-guerra, ganhou uma roupagem contemporânea nas últimas décadas do século XX por meio de um receituário fiscal, financeiro e contábil que mostra certas falhas ao se revelar incapaz de oferecer soluções concretas ao desemprego e ao crescimento da desigualdade e da pobreza em todo o mundo.

A busca de alternativas ao modelo economicista do desenvolvimento data dos anos 60, quando o sistema das Nações Unidas promoveu um fecundo debate sobre esse tema. O resultado de uma verdadeira fábrica de conferências internacionais foi a evolução ou passagem do pensamento desenvolvimentista clássico para o de *desenvolvimento sustentável*, seguido pelo de *desenvolvimento humano*, mais recentemente, pelo *desenvolvimento social*.

Uma das conclusões mais patentes desse esforço de interpretação é a de que não é possível definir um modelo único de desenvolvimento, uma marcha homogênea para o progresso. Isso ocorre porque o contexto no qual os programas de desenvolvimento são implementados não são culturalmente neutros. Os primeiros momentos do século XXI revelam que as prescrições e a legitimidade das recomendações feitas pela comunidade internacional à mais variada gama de países são disputáveis. Nesse quadro, a renovação do pensamento do desenvolvimento é um desafio comum a toda a comunidade internacional, principalmente quando nosso foco de atenção são os países da América Latina, marcados por um histórico de injustiça social e em vários momentos pela violação diária dos direitos do homem, defendidos desde 1948 pela carta magna das Nações Unidas.

Avanços foram registrados nas últimas décadas. O Relatório Brundtland¹ assume como argumento central que o crescimento genuíno não deve utilizar recursos naturais mais rapidamente do que possam ser renovados, ou a riqueza de hoje será a causa direta da pobreza do amanhã. Dessa forma, o relatório oferecia uma crítica fundamentada à falta de sustentabilidade de certos modos de desenvolvimento ocidentais, tidos até então como exemplos a ser seguidos.

¹ World Commission on the Environment and Development, *Our Common Future*, New York, Oxford University Press, 1987.

O *desenvolvimento humano*, por sua vez, é um termo que tem sido utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no intuito de determinar os conceitos e a metodologia do seu Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente desde 1990. O relatório utiliza variáveis quantitativas que não apenas mensuram a riqueza econômica, mas também incluem fatores como discriminação sexual, saúde, educação, treinamento e liberdade política.

O desenvolvimento humano é o processo de expandir as opções de cada indivíduo em seu meio. Os três níveis essenciais dessa concepção são a condução de uma vida longa e saudável, a aquisição de conhecimento e o acesso aos recursos necessários para garantir um padrão de vida decente. Se essas opções essenciais não estão disponíveis para os cidadãos, muitas outras oportunidades permanecem inacessíveis². A renda é, portanto, apenas uma dimensão do conceito de desenvolvimento.

O *desenvolvimento social* é um conceito que oferece especificidade às formas em que o desenvolvimento deve definir-se. Seu nascimento ocorreu na Cúpula para o Desenvolvimento Social de Copenhague em 1995, quando estabeleceram-se três prioridades: a erradicação da pobreza, a implementação do pleno emprego e a busca da integração social. Diferentemente do desenvolvimento humano, que tende a ver os seres humanos como indivíduos, o desenvolvimento social reconhece que a coesão e a integridade da comunidade são condições essenciais para fazer uma transição eficaz da riqueza para a felicidade.

A falta de envolvimento das populações nas ações de desenvolvimento conduzidas por agências multilaterais e governos nacionais desde os anos 60 somente atingiu o topo da agenda do debate público em meados da década de 70. Naquele momento, um número de projetos de desenvolvimento suficientemente significativo havia fracassado em seus objetivos principais. Hoje, tudo indica que o mundo ainda não soube encontrar um guia geral e eficaz para a melhoria radical da qualidade de vida de seus cidadãos.

O desafio latino-americano

A América Latina se apresenta hoje como a região com a maior concentração de renda do planeta, ou seja, 1/4 da renda vai para 5% da população mais rica de nossos países. Essa condição que afeta essencialmente as possibilidades de desenvolvimento integral dos setores menos

² UNDP, *Human Development Report*, 1994, New York, 1994.

privilegiados deve orientar a reflexão permanente sobre o modelo de desenvolvimento que assumimos e aquele que almejamos.

Bernardo Klinsberg,³ coordenador geral do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social, do BID, alerta para a importância de a América Latina examinar e integrar os aspectos culturais de cada povo que a compõe na agenda de desenvolvimento da região, aspectos esses que vêm sendo historicamente ignorados.

Para Klinsberg o capital social e cultural constituem potentes instrumentos de desenvolvimento social forjados a partir da noção de crescimento ético, em que a ênfase na promoção da educação, a preservação e aprofundamento da democracia, a justiça e os direitos humanos, a luta contra a pobreza e a discriminação, o fortalecimento dos mercados financeiros e a cooperação regional em assuntos ambientais devem constituir a base das políticas de desenvolvimento da América Latina e por consequência daquelas destinadas à integração da região.

Seguindo esse raciocínio, é necessário incentivar políticas públicas capazes de não só priorizar, mas essencialmente assumir a urgência desses temas sob pena de restringirmos o nosso potencial de crescimento sócio-econômico nas próximas décadas, comprometendo e condenando novas gerações a um quadro de pobreza e desigualdade, ainda mais acentuado. Nesse sentido, não é mais possível negar a centralidade política da cultura na necessidade imperiosa de incluirmos valores como os da cooperação, confiança, etnicidade, identidade, comunidade e amizade como valores capazes de manter o tecido social⁴ e de universalizar a cidadania. É preciso nos conscientizarmos de que as frágeis democracias latino-americanas ainda não promoveram o estado de direito integral, baseado não só na livre expressão ou no sufrágio eleitoral, como também na possibilidade de acesso igualitário e universal aos serviços públicos estatais, ao tratamento respeitoso dispensado ao conjunto da população e não só das camadas mais privilegiadas e ao alastramento cada vez mais amplo da seguridade social.

A meta de universalização da cidadania nos países latino-americanos requer portanto mudanças profundas na relação entre cultura e desenvolvimento e capital social e progresso. Não podemos mais compreender as perspectivas de progresso de nossa região, marcada pela desigualdade,

³ Bernardo Klinsberg, *Un Tema Estratégico: el rol del capital social y la cultura en el proceso de desarrollo*. Latin American Studies Center, 1999, University of Maryland, College Park.

⁴ Lourdes Arizpe, *La Cultura como contexto del desarrollo*, 1998. BID, Washington, DC.

numa direção unilateral, onde o humano esteja sempre subordinado ao econômico. Só tem sentido pensar numa integração latino-americana se o fim visado for o bem-estar de todas as nossas coletividades. Reverter a situação de subordinação das pautas econômicas constitui um dos maiores desafios desse milênio e uma esperança para centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Significa repensar toda a trajetória já percorrida e os enormes desafios da trajetória ainda por percorrer.

A cultura como possibilidade

A dimensão cultural do desenvolvimento é defendida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco, de forma organizada e sistemática, desde o lançamento, em 1988, da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural e da implantação em 1993 da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento.

Se o papel central da Unesco é o de “dar uma cara humana à globalização, promovendo a paz, a segurança e o desenvolvimento no século XXI”, é prioritário sensibilizar os atores sociais, governos e a iniciativa privada para assumir a centralidade política da cultura no processo de humanização dos modelos vigentes. Uma centralidade capaz de devolver às pessoas a primazia na construção coletiva das várias formas de sociabilidade, estimulando a criatividade na diversidade e formas não-excludentes de crescimento social e econômico.

A cultura não pode ser reduzida a uma série de elementos discretos que possam ser integrados, quando necessário, em projetos existentes. Ao contrário, a cultura é a sua própria perspectiva e implica valores e imperativos próprios para a ação. Se incluirmos essa verdade antropológica no quadro do desenvolvimento, certamente teremos que nos preparar para repensar a nossa aproximação ao desenvolvimento em todos os seus aspectos. É plausível pensar que essa é a razão pela qual a dimensão cultural do desenvolvimento, que é a consequência lógica de uma nova compreensão da cultura, ainda não tenha sido aplicada sistematicamente nas principais instituições de desenvolvimento, no sistema Nações Unidas, nas iniciativas de integração regional e nos governos nacionais.

Portanto, a cultura é uma noção que não se limita a um conjunto de atividades pontuais vinculadas ao patrimônio e às artes, mas inclui todas as atividades que definem a identidade de uma sociedade ou grupo humano, suas formas de crescimento econômico, social e cultural, atividades que definem a identidade de uma sociedade ou grupo humano específico. Ou seja, a cultura é um laço social que define a forma em que um ser se relaciona

ona com os outros em determinado ambiente. A cultura é o quadro em que as atividades dos grupos são vistas e valorizadas.

Dessa forma, uma perspectiva cultural do desenvolvimento significa o respeito pelas atividades que constituem a vida de uma sociedade, não apenas pelo o que são, mas também por sua contribuição à expressão e reflexo de sua identidade. A cultura é o terreno onde a sociedade se encontra para refletir sobre suas práticas e determinar coletivamente que tipo de sociedade quer ser: não é um produto de consumo, mas sim um projeto coletivo⁵.

É lógico argumentar, portanto, que a cultura constitui uma enorme força dinâmica potencial em prol da mudança e, ao mesmo tempo, demonstra uma grande capacidade de resistir às mudanças quando estas são artificialmente impostas.

Se a cultura é a matriz sobre a qual a identidade de uma sociedade é feita e refeita, o desenvolvimento é o nome completo desse processo de elaboração e redefinição.

Em uma perspectiva cultural do desenvolvimento, a cultura constitui a realidade independente e o “desenvolvimento” a variável dependente. Não há, nesse quadro, variáveis culturais do desenvolvimento. Ao contrário, haverá tantas formas de desenvolvimentos quanto haja culturas.

O conceito de desenvolvimento é, em si, uma cultura. E como qualquer cultura terá que mudar em seu próprio ritmo e por meio de processos de tentativa e erro, não simplesmente em resposta a ditados externos.

Essa afirmação aponta para a necessidade de refletirmos sobre as bases das políticas culturais, ampliando suas ambições e suas estratégias programáticas.

Políticas democráticas e inclusivas que levem em conta a variedade de necessidades e demandas da população e que propiciem a convivência dessas multiplicidades étnicas, religiosas, de tradições, gostos e sensibilidades. Assim, é importante destacar que requerer a centralidade do papel da cultura no desafio de formular paradigmas de desenvolvimento mais humanos e integrais, é em si destacar essa diversidade criadora, multifacetada, polissêmica, que caracteriza a humanidade em toda a sua história. É também destacar a capacidade criadora do indivíduo e das sociedades de se reinventarem e de proporem alternativas próprias de desenvolvimento e de trocas simbólicas.

Esses princípios requerem um esforço de definir opções estratégicas que conduzam a sua plena realização. Três nos parecem ser as opções

⁵ ONU, Unesco, *Change in Continuity: concepts and tools for a cultural approach to development*, UNESCO, 2000.

básicas a serem adotadas pelos países latino-americanos no esforço de edificar uma política cultural contemporânea e integradora: *cultura como força motriz do desenvolvimento econômico, a democratização do acesso ao conjunto de bens e serviços culturais produzidos historicamente e contemporaneamente pela humanidade e o fortalecimento do papel social da cultura*, entendendo-a como o elemento capaz de adequar o indivíduo à sua coletividade.

Estas três estratégias de política cultural, integradas num projeto político maior de fortalecimento e dinamização dos aspectos potenciais de crescimento sustentável, se mostram opções interessantes para deflagrar um processo de amadurecimento desta cultura política capaz de “semear a paz na mente dos homens” e conduzir a uma ampla reforma dos modelos existentes. Nesse aspecto, a compreensão óbvia, mas nem sempre aceita pelos coordenadores e estrategistas políticos, é a que sempre orientou o trabalho da Unesco ao definir as suas prioridades de ação: uma integração verdadeira só ocorre entre indivíduos e comunidades que estejam no mesmo patamar de igualdade umas em relação às outras.⁶ Essa condição passa a ser um fator preponderante na mobilização em torno da construção de uma cultura de paz, já que as raízes culturais da violência e da guerra não são outras senão a pobreza, a exclusão, a ignorância, a exploração, o abandono e o desligamento compulsório de suas próprias tradições.

A contribuição efetiva a que a política cultural tecida a partir dessas preocupações pode conduzir é, de um lado, introduzir na agenda de prioridades deste processo de elaboração a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento do qual se parte e aquele que se deseja, e, de outro, a necessidade de destacar o valor da distribuição dos dividendos econômicos e sociais advindos desse processo. Tomando o Brasil como referência: num país onde o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, publicado, em 1999, pelo Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está em 79º lugar, com uma das maiores concentrações de renda do planeta, da ordem de 32 vezes entre o mais rico e o mais pobre, pensar num projeto de desenvolvimento sustentável a partir do eixo cultural é pensar sobre os elementos que podem restabelecer as condições de igualdade entre as pessoas, criando as condições de religação do sujeito com ele mesmo, com a sua história e com o seu potencial criador-produtivo, e desta forma, com a sociedade onde vive.

⁶ Referência ao texto de José Teixeira Coelho, Da Política Cultural à Cultura Política, pág.89. *Revista Contato*, n° 2, 1999.

É estabelecer parâmetros que ao incorporar um conjunto de preocupações legítimas sejam eficazes para também criar um referencial ético que provoque reflexões constantes e levem à mudança de valores e práticas sociais. É contribuir para o desafio estratégico de “humanizar a globalização” a partir da enorme e pujante diversidade criadora dos povos, conferindo-lhe papel central na busca constante de encontrar razão para a nossa própria existência.

Para encerrar, a Unesco saúda os participantes desse Simpósio, desejando que esse evento dê um passo importante em termos de novas idéias para o advento de um horizonte mais promissor para o Mercosul e a América Latina. Desejamos sobretudo que aqui sejam semeadas idéias capazes de fortalecer o estado de democracia com cidadania que todos necessitamos em nossos países.

Intervenções

Intervenção do professor Roberto Amaral

Agradecendo a intervenção da companheira Marta Porto, gostaria de registrar a presença da Professora Maria Nazareth Ferreira, presidente do Celacc, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação – Celacc, da USP, também responsável pela promoção deste Seminário. Aliás, devemos lembrar que este evento é uma face de dois seminários: um, já realizado sob a direção do Celacc, em São Paulo, e o que chamaríamos de uma segunda face, este que estamos iniciando. Gostaria de registrar também a presença de um dos painelistas, o antigo companheiro, companheiro de faculdade, companheiro de escola, companheiro de CEBELA, participou da assembléia constituinte do CEBELA, em 1982, no espaço cedido pelo Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, então presidido por Antônio Houaiss, que seria também o primeiro presidente do CEBELA. É um antigo lutador das liberdades de comunicação em nosso país, emérito Professor, nosso companheiro, Nilson Lage.

Com esses dois registros, franqueamos a palavra para debate. A mesa está à disposição do auditório.

Intervenção do auditório:

Gostaria de saber quais são os principais projetos da Unesco para promover a integração entre os países do Mercosul.

Resposta de Marta Porto:

Em primeiro lugar, a Unesco hoje coordena o Programa Unesco-Mercosul que, de uma maneira bem clara, define como prioridade a discussão de uma plataforma de integração no Mercosul. De que maneira?

Através do Parlamento Cultural do Mercosul, formado por senadores e deputados dos vários países integrantes, inclusive Chile e Bolívia; através do trabalho na Comissão de Educação e Cultura do Parlatino*, onde discutimos atualmente em torno de três a quatro projetos, que vão desde projetos na área de comunicação – de rádio e televisão comunitária – até projetos que chamamos de Eixos de Desenvolvimento de Integração Cultural. Eu acabo de voltar de uma rodada de negociações no Chile, em que se discutiu a maneira pela qual a América Latina vai se preparar para o Fórum Universal das Culturas, que acontecerá em Barcelona em 2004. Existe uma agenda desde 1998, que é coordenada pelo Centro Unesco da Catalunha, que trabalha em cima de três eixos prioritários: Diversidade Cultural, Cultura de Paz e Cidade Sustentável. Esses três temas estão em discussão através de um sítio na internet (www.unesco.org.br), que foi lançado pelo Centro Unesco da Catalunha e pela Prefeitura de Barcelona, que contam com a participação de mais de quatro mil pessoas no mundo inteiro, entre ONGs e representações de governo e de empresas. É um Fórum financiado pela Telefonica e pela IBM, e terá lugar em 2004, com a idéia de poder abrigar as grandes tendências da discussão em torno da cultura no mundo inteiro. E, na avaliação da Unesco, na América Latina é necessário que a gente se prepare para esse Fórum de uma maneira mais organizada. Então, em Santiago do Chile se montou um comitê que se chama Estados Gerais da Cultura, de que fazem parte intelectuais como o Professor Teixeira Coelho, Nestor Garcia Canclini, algumas representações de governo, a intendência de Montevidéu, o diretor do Departamento de Cultura, Gonçalo Carambola, algumas embaixadas, e esse comitê está discutindo uma agenda de fóruns regionais para pôr em debate os três temas. Inicialmente, ficou definido que se teria em 2003 um evento preparatório em Montevidéu, onde o tema seria Diversidade Cultural, depois teríamos em Valparaíso a discussão sobre Cidade Sustentável – já que o Presidente Lagos está hoje com um grande projeto de cooperação com Barcelona nessa área –, e em Cartagena das Índias, por ser uma cidade simbólica quanto à questão da Cultura de Paz. Então a Unesco-Brasil está conduzindo todos esses processos de negociação nesses fóruns – nos fóruns parlamentares, nos fóruns governamentais – e tem uma agenda de trabalho bastante intensa até o final deste ano, que visa basicamente formular uma base crítica de discus-

* Parlamento Latino-Americano, fundado em 1965. Durante os anos de regimes ditatoriais na América do Sul, foi um fórum de denúncias de violação de direitos. N. do E.

são em torno dessa idéia da plataforma de integração: de que maneira a cultura passa a ter um protagonismo, de que maneira nossos indicadores sociais passam a ser considerados também na hora de se discutir integração latino-americana. E tem uma lista de projetos, como o Fórum Arte Sem Fronteiras, e uma série de eventos pontuais mas sempre no marco dessa estratégia de participação.

Encerramento dos debates pelo professor Roberto Amaral

Cumpre-me agradecer à estimulante palestra que a Professora Marta Porto nos ofereceu. Tenho a impressão de que ela nos traz muitos elementos para as discussões que se seguirão. Creio que a discussão do nosso Continente, do prisma do desenvolvimento, sob uma reconceptualização de desenvolvimento, fundamentalmente do desenvolvimento sustentado, levantará questões essenciais para os países chamados periféricos, para os países do Mercosul e para a América do Sul. Agradecendo a presença de todos, eu os convido para aqui estarem de volta às 15:00 horas, para a mesa *Dez Anos de MERCOSUL: uma avaliação crítica*.

Muito obrigado.